

O exílio das esquerdas pré-1964 a anistia e os “indesejáveis”

Denise Felipe Ribeiro

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O exílio foi ao longo dos anos 1960 e 1970, um dos instrumentos utilizados pelo regime ditatorial para a exclusão política de determinados grupos. Neste trabalho, pretendemos analisar o exílio dos setores que representavam as esquerdas no pré-1964. Entendendo que esses exilados de primeira hora são símbolos das tradições políticas que a ditadura pretendia destruir, procuraremos observar os debates travados – no momento em que se discutia a abertura política, a anistia e o retorno dos exilados – em relação a esse grupo. Entre esse grupo de exilados, destacaremos aqueles que foram considerados “indesejáveis” pelo regime ditatorial.

Palavras-chave : Exílio; esquerdas; anistia; abertura política.

Abstract

The exile was during the 1960s and 1970s, one of the tools used by the dictatorial regime for the political exclusion of certain groups. In this work, we intend to analyze the exile of the sectors representing the left in the pre-1964. Understanding that these first hour exiles are symbols of political traditions that the dictatorship intended to destroy, try to observe the discussions in relation to this group, at the time it was discussed political opening, amnesty and the return of exiles. Among this group of exiles, we will highlight the issue of those who were considered “undesirable” to the dictatorial regime.

Keywords exile, left, amnesty, political opening.

Apresentação

O exílio, os deslocamentos e as migrações forçadas sempre estiveram presentes em diferentes momentos da história da humanidade. Com o advento dos regimes ditatoriais latino-americanos, na segunda metade do século XX, esse fenômeno ganhou um caráter massivo.

O regime ditatorial brasileiro utilizou o exílio, ao longo dos anos 1960 e 1970, como um dos instrumentos para a exclusão de determinados grupos de qualquer tipo de participação política. Tal fenômeno deve ser compreendido, portanto, como integrante da mesma lógica repressiva da qual faziam parte as prisões políticas, os assassinatos, os desaparecimentos. Os exílios, forçados ou não, visavam a destruição das tradições políticas de esquerda. Nesse sentido, foram afastadas tanto a geração que representava as experiências de esquerda do período democrático pré-1964, como uma segunda geração, mais identificada com as manifestações estudantis promovidas na segunda metade dos anos 1960.²⁹⁴ Para os fins do presente artigo, iremos nos ater às experiências do exílio daqueles que faziam parte da primeira geração.

Tomando como base a reflexão desenvolvida por Jean François Sirinelli, Rollemberg delinea as convergências e divergências, as diferenças e as oposições entre as duas gerações do exílio, identificando a primeira como aquela que representaria as diferentes tradições políticas que remontam ao regime democrático inaugurado em 1946. Tratava-se de pessoas que já tinham experiência profissional e política, e cuja trajetória estava em maior ou em menor medida ligada ao trabalhismo ou ao comunismo.²⁹⁵ Comparando a geração 1964 com a geração 1968:

A geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração 1968, que viveu esse impacto com maior intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile. Para a geração 1964, a luta estava muito mais associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964.²⁹⁶

Observamos que a literatura sobre a temática do exílio, da abertura política e da anistia tem dedicado uma atenção secundária aos personagens da geração de 1964, o que pode

²⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.47-59.

²⁹⁵ *Idem*, p. 47-52.

²⁹⁶ *Idem*, p.51.

ser indicativo de um processo de enquadramento da memória. Michael Pollak, ao analisar a questão da memória coletiva, nos lembra que enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja preservar, a memória inclui tentativas de definição e de reforço dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sociais entre coletividades diversas, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias etc. Nesse sentido, “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum (...), eis as duas funções essenciais da memória comum”.²⁹⁷

A memória que foi construída, ao longo do tempo, acerca do processo de redemocratização, abertura política e anistia teria, com efeito, priorizado determinados grupos políticos que, em grande medida, iniciaram sua atividade política após o golpe de 1964. No curso do processo de abertura, ocorrido na segunda metade dos anos 1970, a chamada “geração de 1968” passava por um momento de construção/reconstrução de identidades, o que resultou, posteriormente, na conformação de novos partidos e projetos políticos. Também não podemos deixar de observar que uma parte significativa dos estudiosos desse período da história brasileira é composta por pessoas que pertencem a essa segunda geração. Alguns tendo sido, inclusive, personagens ativos desse processo histórico. O relativo esquecimento da “geração de 1964” guarda relação, portanto, com a diferença geracional entre esses e aqueles que escreveram a história.

A despeito da ênfase dada por parte da historiografia, os personagens vistos pelo regime ditatorial como “indesejáveis” faziam parte, em boa medida, das tradições políticas que remontam ao período da história republicana entre os anos de 1930 e 1964. Na nossa cultura política, tais tradições e personagens foram ganhando interpretações pejorativas. São, por muitos, vistos como “reformistas”. Uma expressão conceitual foi criada para resumir todas essas tradições e experiências políticas, independentemente das peculiaridades e diversidades de ideias e projetos envolvidos, cuja disseminação foi promovida a partir das perspectivas teóricas de Octávio Ianni e Francisco Weffort: o “populismo”.²⁹⁸ Daniel Aarão Reis observa que tal concepção encontra ainda reflexos nos estudos contemporâneos sobre as esquerdas no Brasil, na medida em que é a tradição comunista que prevalece no âmbito das esquerdas. O historiador lembra, a partir de sua própria experiência política, que a autodenominada esquerda revolucionária ou “nova esquerda” tinha uma visão terrível do trabalhismo, considerado como o “lixo da história”²⁹⁹.

297 POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

298 SILVA, Roberto Bitencourt da. O populismo: controvérsia teórica e “trilhas” para uma compreensão. *Nunciopolítica*. Barbacena: Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC), 2004, p.29-34).

299 REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre

Pretendemos, no presente trabalho, resgatar as experiências dessa geração ligada às experiências do trabalhismo, do comunismo, das reformas de base, das lutas pela terra e pela educação, que marcaram os diferentes matizes de esquerda a partir do regime democrático instaurado em 1946. Foi essa geração que primeiramente sentiu os efeitos dos ataques desferidos pelos golpistas de 1964. Observaremos que o exílio dos principais representantes dessas diferentes tradições das esquerdas é monitorado atentamente pelo governo ditatorial por meio de seus órgãos de informações, cujos braços se estendiam muito além das nossas fronteiras. Já em um outro contexto, no final dos anos 1970, quando estava sendo discutida a possibilidade do retorno daqueles proscritos, veremos que aqueles mesmos personagens, que tiveram seus mandatos cassados e/ou sofreram perseguições que os obrigaram a partir em direção ao exílio, continuaram sendo protagonistas nas discussões sobre abertura política, retorno dos exilados, anistia e fim do bipartidarismo.

Assim, procuraremos observar em diversas fontes, tais como matérias jornalísticas, depoimentos, documentos oficiais de diferentes órgãos do aparato de informações, produzidos em diferentes momentos do regime ditatorial, que os “indesejáveis” foram monitorados durante todo o tempo de exílio. Em alguns momentos mais decisivos, particularmente quando se abre a possibilidade de retorno dessas figuras ainda proeminentes no cenário político nacional e a volta ao país – e conseqüentemente à política – torna-se uma possibilidade cada vez mais concreta.

A Anistia e os “indesejáveis” do regime ditatorial

Nos dias iniciais do regime instaurado em 1964, um dos instrumentos de primeira hora utilizados para banir os adversários foi a cassação de mandatos e direitos políticos. Essa medida encontrava apoio entre lideranças importantes, que criticavam a atuação do Congresso Nacional e defendiam a necessidade de alterações profundas, a serem conduzidas pela intervenção militar, que fossem capazes de reorganizar a ordem política.³⁰⁰ A essas

(Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005, p.174-175. Sobretudo a partir dos anos 1990, uma série de trabalhos historiográficos procurou empreender uma revisão da noção de populismo. Autores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Capelato, Lucília de Almeida Neves, entre outros, buscaram desconstruir essas interpretações por meio da renovação dos estudos sobre o sindicalismo e as ideias e a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ver a introdução de FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁰⁰ CARVALHO, Alessandra. As atividades político partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samatha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 222.

cassações se seguiram as perseguições, o clima de insegurança e as prisões que levaram várias dessas lideranças a decidir partir para o exílio.

Como bem lembra Rollemberg, ainda que o exílio carregue uma conotação punitiva, não deixava de ser um incômodo para a ditadura. A militância no exterior e as campanhas de denúncias às violações de direitos humanos, que se tornaram mais comuns a partir de meados dos anos 1970, contradiziam a imagem que o regime desejava deixar impressa no exterior.³⁰¹

A partir da segunda metade dos anos 1970 as discussões a respeito da abertura política e da anistia tornaram-se mais frequentes no debate público. Nesse momento, uma das questões mais debatidas era a do retorno dos exilados e banidos. Nos jornais da época, não é difícil encontrar declarações de membros do governo, assim como do Poder Legislativo, sobre os casos em que os exilados poderiam ou não retornar ao país, sobre as repercussões das campanhas de denúncias das violações de direitos humanos e de luta pela anistia promovidas no Brasil e no exterior, bem como a respeito das denúncias feitas contra o governo em relação aos empecilhos criados para a obtenção de passaportes.

Tanto os círculos governamentais como a oposição preocupavam-se, sobretudo, com a forma pela qual ocorreria a reintrodução na esfera pública nacional, e/ou na seara político-partidária, de alguns personagens pertencentes a diferentes clivagens das esquerdas brasileiras. Nomes como Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves, Paulo Schilling e Paulo Freire foram mencionados pela imprensa como os “indesejáveis” do regime.³⁰² Tais personagens são representativos de diferentes espectros políticos das esquerdas do período que antecedeu o golpe de 1964.

Nos primeiros meses do ano de 1979, antes mesmo da Lei da Anistia ser promulgada, muitos exilados, motivados pelo ambiente favorável à abertura política, começavam a planejar o retorno ao país. Atento a essas movimentações, o governo elaborou uma série de orientações ao Itamaraty relativas à concessão de passaportes. Para aqueles exilados que não tivessem qualquer tipo de restrição para seu retorno ao Brasil, não haveria grandes dificuldades. Seriam classificados no “grupo verde” e receberiam passaportes normais. Aqueles que tivessem sido indiciados em algum processo seriam classificados no grupo cor de rosa. Para esses, não seria liberado o passaporte, apenas um título de nacionalidade que seria o suficiente para o reingresso no país. Por último, um grupo reduzido de oito pessoas seria classificado com a cor

301 ROLLEMBERG, Denise. *Op.cit.*, p.48.

302 Revista *Veja*. Os caminhos da volta, 10/01/1979, p.30-32.

vermelha. Seu retorno somente seria possível após uma negociação com o governo. Esse era o grupo dos “indesejáveis”, para os quais a volta ao Brasil seria dificultada.³⁰³

Em 1978, Paulo Freire, que perdera seus direitos políticos a partir do Ato Institucional Nº 1 (AI-1) e que havia partido para o exílio desde 1964, foi convidado para o I Seminário de Educação Brasileira, realizado na Universidade Estadual de Campinas. Mas, a não liberação de seu passaporte – pedido um ano e meio antes – impedia sua participação. Intelectuais, como Francisco Weffort e Moacir Gadotti, enviaram ofícios ao Itamaraty e denunciaram o caso à imprensa.³⁰⁴

Ainda em 1972, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) já demonstrava o acompanhamento de alguns próceres das esquerdas pré-1964 que se encontravam no exílio. A proximidade com o término do prazo das suspensões de direitos políticos determinadas a partir do Ato Institucional Nº1 (AI-1) levava a uma preocupação com a possibilidade de reabilitação política das “personalidades proscritas pela Revolução Democrática de 1964”³⁰⁵. Segundo o EMFA, alguns desses cassados estariam cada vez mais presentes em alguns meios de comunicação, o que poderia indicar alguma intencionalidade em tornar a opinião pública mais predisposta e receptiva à ideia da reabilitação e da restituição de seus direitos políticos, até mesmo antes do prazo determinado.

Outra preocupação, diante da proximidade da renovação dos cargos eletivos nas esferas municipal e estadual, era a de que, ainda que fossem indiretas as eleições, tais personagens pudessem influenciar o processo, ou até mesmo poderiam candidatar-se, caso fossem restituídos seus direitos políticos. O relatório do EMFA ainda argumentava que o Legislativo estaria contribuindo para a reabilitação desses cassados³⁰⁶.

A alusão a essas personalidades é feita mesmo no próprio Congresso. O “Noticiário da Imprensa”, de 17/18 ABR 72, do SNI, reproduz a essência de um projeto de lei, de autoria do deputado Jerônimo Santana (MDB/RO), apresentado a 17 ABR 72, à apreciação da Câmara, pelo qual “ficam anistiados os SRs JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, JÂNIO QUADROS E JOÃO MARQUES GOULART, ex-presidentes da República, que tiveram decretada a suspensão de seus direitos políticos.”³⁰⁷

Ainda que figuras como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros não possam ser

303 *Idem.*

304 Jornal *O Globo*. “Professor pede liberação do passaporte de Paulo Freire”, 26 de outubro de 1978, p.10.

305 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248.

306 *Idem.*

307 *Idem.*

consideradas como pertencentes ao ideário das esquerdas, acreditamos que a inclusão desses nomes no rol daqueles que eram vistos com suspeição pelo regime ocorreu em função do alto cargo por eles ocupado e pelo poder de influência que ainda poderiam ter, a despeito de seus posicionamentos políticos.

O monitoramento dos “indesejáveis” no exterior

Os personagens denominados como “indesejáveis” sofreram, durante todo o período em que permaneceram no exterior, o monitoramento minucioso de suas atividades pelos órgãos de informações do regime ditatorial. Para que isso fosse possível, foi de suma importância a elaboração de um sistema de informações que operasse também no exterior. Adriana Setemy, ao analisar a atuação da diplomacia brasileira, entre os anos de 1935 e 1966, observou a formação de um intenso intercâmbio entre as autoridades diplomáticas, políticas, policiais e militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, visando o combate ao comunismo. No pós-1964, tais atividades teriam se voltado também para a observação das atividades dos exilados brasileiros naqueles dois países.³⁰⁸

Nesse sentido, tornou-se necessária a criação de um órgão específico para o monitoramento dos exilados no exterior. Assim, “para o trabalho mais importante, de levantamento e seguimento das ações dos exilados que do exterior ‘tramavam’ contra a Revolução, era preciso um serviço mais sofisticado e dotado de canais diretos de comunicação com os órgãos de segurança”³⁰⁹.

O Centro de Informações do Exterior (Ciex) foi então criado, em 1966, com o objetivo de acompanhar as atividades dos exilados que continuavam mantendo atividades políticas, assim como daqueles que procuravam denunciar as torturas sofridas e as restrições à liberdade. O Ciex tornou-se a agência responsável pelo acompanhamento das atividades políticas que fossem consideradas subversivas e ameaçadoras ao regime. A partir da criação do órgão, foi montado um aparato de coleta e distribuição de informações no exterior, que tinham como destino final os órgãos diretamente responsáveis pela repressão política aqui no Brasil, tais como SNI, CISA, CIE, Cenimar. Segundo Pio Penna Filho, o Ciex cresceu

308 SETEMMY, Adriana. *Sentinelas das fronteiras: O Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. 2013. 341 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 116-121.

309 ALMEIDA, Paulo Roberto. “Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5”. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de, FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.) *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Contraponto, 2008, p. 78.

conforme foi aumentando o número de exilados e as embaixadas e escritórios mais ativos no recolhimento de informações eram justamente aquelas localizadas em países onde se concentravam o maior número de exilados.³¹⁰ No que diz respeito ao *modus operandi*, o Ciex demonstrava

o total desrespeito a consagradas garantias legais, além de uma sofisticada rede de espionagem, impossível de ser montada sem atuação conjunta com agências congêneres nos países onde operava. Havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas, dentre outras.³¹¹

Um bom exemplo do monitoramento de exilados que mantinham atividades políticas no exterior é o informe, produzido em 1972, pelo Ministério das Relações Exteriores. No documento estão relatadas as viagens de Miguel Arraes ao Chile, ao Peru e ao México, assim como uma breve exposição relativa a algumas de suas atividades de cunho político³¹².

Dentre os personagens classificados como “indesejáveis”, talvez a figura mais proeminente seja a de Leonel Brizola. Particularmente no contexto das discussões acerca da lei da anistia, assim como quando começa a ser aventada a possibilidade de retorno dos exilados, a figura de Brizola estava no centro dos debates acerca da redefinição do quadro partidário e da realocação das lideranças.³¹³ Brizola e seus simpatizantes parecem ser os que mais sofriam com a constante e atenta vigilância dos órgãos de informações.

Desde o início de seu exílio, em 1964, Brizola era uma das figuras políticas mais observadas pelo regime ditatorial. O diplomata Manoel Pio Corrêa, em seu livro de memórias, revelou que uma de suas missões enquanto Embaixador do Brasil em Montevidéu era conseguir fazer com que o governo uruguaio impusesse aos exilados políticos brasileiros naquele país a abstenção de qualquer atividade política.³¹⁴ Para a diplomacia brasileira, a tolerância com que esses exilados eram tratados no Uruguai era alarmante, posto que um grande número de brasileiros havia buscado asilo político naquele país, e vinham desempenhando atividades políticas e mantendo contatos constantes com o Brasil. Segundo Pio Corrêa,

310 PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a repressão sem fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986). In: FICO, Carlos (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 166-167.

311 *Idem*. p.167.

312 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0258.

313 SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 47.

314 CORRÊA, Manoel Pio. *Pio Corrêa: o mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994, p.847.

Haviam recebido asilo político no Uruguai talvez duas centenas de brasileiros, formando uma verdadeira comunidade, um duro núcleo político, organizado em torno do ex-presidente João Goulart, do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do “Almirante Vermelho” Candido Aragão. A essa gente somavam-se talvez mais duas centenas de brasileiros, partidários de João Goulart e de Brizola, que não possuíam o status de asilados políticos, mas iam e vinham livremente entre o Brasil e o Uruguai, trazendo e levando mensagens de ou para correligionários no Brasil. Os conciliábulos entre os asilados e os chamados “pombos-correio” eram incessantes, e frequentes as viagens de “pombos-correio” de um país ao outro. ³¹⁵

Antes de partir em missão para o Uruguai, Pio Corrêa foi até o Rio Grande do Sul, onde encontrou o governador Ildo Meneghetti. Este prometeu ao embaixador que a Polícia Civil e a Brigada Militar do Estado agiriam com a Embaixada do Brasil em Montevidéu para uma maior vigilância em relação ao trânsito entre os dois países e a “possíveis atividades subversivas”. O comandante do III Exército, Justino Alves Bastos, também colocou suas tropas à disposição para mantê-lo informado a respeito de toda a movimentação em áreas fronteiriças.³¹⁶ Para o governo, era preciso, portanto, vigiar atentamente os exilados brasileiros no Uruguai. A cassação de mandatos e a saída do país não haviam, de início, conseguido atingir o intento do regime ditatorial: a eliminação da seara política dos militantes e políticos dos diferentes matizes de esquerda. Pelo contrário, os primeiros anos do exílio foram marcados por uma intensa movimentação política. O clima corrente era o de que o retorno ao país ocorreria em breve e de que era preciso reorganizar as forças para combater a ditadura recém instaurada.³¹⁷

Sob a ótica ditatorial, as preocupações governamentais relativas à movimentação política dos exilados no exterior não eram totalmente infundadas. Herbert de Souza relatou como o exílio não limitou totalmente a capacidade de organização política dos exilados.

No Uruguai é o reencontro de toda a liderança do movimento popular (...). Exploravam-se as possibilidades de uma reconquista. Com que estratégia não se sabia bem, mas se somassem todas as forças, talvez no Rio Grande do Sul pudesse ocorrer algo, talvez em Goiás, quem sabe no Nordeste, com oficiais nacionalistas, setores das FA.... Havia uma grande expectativa, uma grande ilusão! ³¹⁸

³¹⁵ *Idem*, p. 854

³¹⁶ *Idem*, p. 849.

³¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p.54.

³¹⁸ Depoimento de Herbert de Souza em CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (Orgs.). *Memórias do exílio, 1964/19??*, vol. I., São Paulo: Livramento, 1978, p. 79-80.

No exílio uruguaio, Brizola deu a sua contribuição para a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), do qual participaram ex-sargentos, ex-cabos e ex-marinheiros e militantes das causas nacionalistas antes do golpe. Paulo Schilling, um dos oito “indesejáveis” do regime ditatorial, tinha uma grande ligação com Leonel Brizola. Atuou como secretário de estado no governo de Brizola no Rio Grande do Sul e, no exílio, teve ativa participação no MNR. Schilling, em entrevista ao *Pasquim*, fez um relato sobre os planos conspiratórios

Revelando uma enorme disposição de luta, tratava de rearticular o que havia sobrado em nosso esquema militar: setores da Brigada Militar, oficialidade e sargentos nacionalistas não expurgados e outros na clandestinidade. Se tentou durante todo um ano, dar início à luta armada a partir dos quartéis, dentro de uma tradição bem gaúcha (...). O plano era estabelecer cinco frentes em distintas regiões do país. Entendíamos que em razão do enorme prestígio que tinha Brizola, os focos teriam respaldo popular. Entretanto a tentativa abortou com o fracasso da frente de Caparaó.³¹⁹

Em 1979, já no contexto de abertura política e dos debates em torno da possibilidade de retorno dos exilados e banidos, as ações de Leonel Brizola eram objeto de grande atenção. O Departamento de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) observava a sua presença no México e atentava para contatos estabelecidos com outras lideranças como Francisco Julião e Neiva Moreira. Em documento produzido pelo órgão estavam relatados a data de regresso a Nova York, o convite recebido para participar das comemorações do cinquentenário do Partido Revolucionário Institucional (PRI), e a intenção que Brizola demonstrara de retornar ao Brasil em maio ou junho de 1979, de modo a reiniciar sua atividade política no país³²⁰

João Trajano Sento-Sé observou que a volta de Leonel Brizola ao país foi marcado por uma série de debates, que em última instância, se referiam às preocupações com a redefinição do quadro partidário e a realocação das lideranças naquele contexto de abertura política.³²¹ O receio em relação ao retorno de Leonel Brizola e de outras lideranças revela o modo como essas figuras eram encaradas pelo regime. Em um momento em que a chamada “linha-dura” das Forças Armadas ainda não havia sido totalmente neutralizada, as resistências à ameaça comunista que os personagens em relevo representavam para aquele setor castrense continuavam sendo significativas. O retorno dos “indesejáveis” significava que o “perigo” que o movimento golpista quis afastar em 1964 ainda não havia sido eliminado.³²² Pelo contrário, o

319 Entrevista de Paulo Schilling ao *Pasquim*, citado em ROLLEMBERG, Denise. *Op.cit.*, p. 93.

320 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 1669

321 SENTO-SÉ, João Trajano. *Op.cit.*, p. 47.

322 *Idem*

“perigo” estava prestes a voltar e pronto para influenciar novamente os rumos da política nacional. Sobre a lista que proibia o regresso ao país dos oito exilados, Sento-Sé lembra:

A publicação reiterada e ostensiva dessa lista expressava o modo como esses homens eram encarados pelo regime, ou por parte de seus integrantes. Os representantes da linha dura, como já foi mencionado, estavam longe, a essa altura, de ter sido neutralizados. Preservaram sua parcela de força, embora estivessem em processo de crescente decomposição. Agarravam-se, ainda, ao apelo do combate à subversão e ao fantasma do comunismo, a despeito da visível queda do poder persuasivo dessa retórica. A lista negra, assim chamada à época, indicava aqueles que encarnavam de modo explícito “o perigo que o movimento de 1964 quisera afastar, do qual não estávamos totalmente libertos”.³²³

Antônio Francisco Azeredo da Silveira, que foi ministro das Relações Exteriores entre 1974 e 1979, ao ser entrevistado a respeito da abertura política e da atuação governo de João Figueiredo, acentuou os “riscos terríveis” a que o país estava sujeito:

O Brasil é uma sociedade muito permeada intelectualmente pelo marxismo. Um homem como o [Miguel] Arraes, é hoje, a meu juízo, o maior risco de radicalização brasileira que nós temos... O Brizola é um amador do radicalismo, está entendendo? Ele gosta mesmo, como o Jango, é de encontrar parceiros que têm terras. Quer dizer, é um negócio muito especial lá do Rio Grande do Sul, muito localista.³²⁴

É importante lembrar que, no final dos anos 1970, as organizações da luta armada já haviam sido dizimadas. Isso faz com que os olhos do regime se voltem ainda mais para as lideranças políticas de esquerda do pré-1964.

A questão do retorno ao país e a reinserção política desses personagens não era uma preocupação exclusiva dos militares. Segundo Lucia Grinberg, ao longo do processo de abertura, políticos e simpatizantes da Aliança Renovadora Nacional (Arena) discutiam a respeito da volta de líderes políticos cassados e/ou exilados. Os diagnósticos arenistas revelavam um sabor fatalista, prevendo eventuais revanchismos. Temiam que líderes com grande capacidade de mobilização, como Leonel Brizola, retomassem o jogo político. Enquanto isso, a cobertura jornalística, que ainda antes do retorno dessas personalidades ao país já acompanhava as movimentações políticas no exterior, ressaltava o entusiasmo e a festa nos aeroportos a cada chegada de um desses exilados. Os arenistas percebiam que estava sendo gestado um ambiente político que poderia colocar em risco os avanços da “revolução”. Tais

³²³ *Idem*, p.53-54.

³²⁴ SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 322.

preocupações levavam os partidários e simpatizantes da Arena a pleitear medidas governamentais que não permitissem que as conquistas da “Revolução de 1964” fossem abandonadas.³²⁵

Contudo, não eram apenas os arenistas que estavam apreensivos com a possibilidade de retorno desses personagens. Aos olhos dos partidários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o regresso dessas lideranças políticas também poderia constituir-se em um entrave a determinados projetos políticos que começavam a ser projetados a partir dos primeiros indícios de abertura política. Líderes do MDB, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, temiam que o ingresso de Brizola no partido, assim como o de outras lideranças, pudesse resultar num rearranjo de forças cujas consequências seriam imprevisíveis.³²⁶

Em janeiro de 1978, o senador Tarso Dutra (Arena-RS) deu uma série de declarações a respeito da sucessão presidencial e estadual, que seria realizada naquele ano. O senador abordou o temor de que, com a abertura política, o país pudesse voltar a situação anterior a 1964. Para Dutra,

o problema é apenas de educação política. A história não tem retrocessos. Já caminhamos muito nesses 13 anos e no momento em que ocorrer o termo final do processo do nosso aperfeiçoamento democrático, estará, por si só, assegurada a normalidade da vida brasileira sem quaisquer possibilidades de retorno ao passado ³²⁷

Ao ser questionado a respeito do retorno de Leonel Brizola ao país, Tarso Dutra respondeu: “Brizola está exilado no momento. Portanto entendo que ainda não é o momento da reentrada dele na vida política do País”.³²⁸ Nesse mesmo sentido, o senador gaúcho entendia que a anistia só poderia ser pensada quando o “ciclo revolucionário” estivesse completo.

A aceitação ou não da entrada de comunistas nas fileiras emedebistas dividiu a cúpula do partido. Enquanto o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, declarava sua disposição em fechar as portas do partido para os comunistas, o líder oposicionista na

325 GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 268-272.

326 SENTO-SÉ, João Trajano. *Op.cit.*, p.77.

327 Jornal *O Globo*, “Para Tarso Dutra, candidatura Magalhães é forma de diálogo”, 20 de janeiro de 1978, p. 06.

328 *Idem*

Câmara, Freitas Nobre argumentava que o MDB deveria aceitar todos que estivessem dispostos a lutar pela redemocratização, independentemente das posições ideológicas.³²⁹ Nas palavras de Thales Ramalho:

Não aceito e nem quero ser sandinista, pegar em armas (...) pois, se eles, os comunistas, quiserem impor o programa do PC a um partido do qual faço parte, não o admitirei. Cada um no seu partido. Essa ideia de frente, defendida pelo Freitas, se não é inocente, vem de encontro ao que penso. Não aceito Gregório e Arraes na direção do mesmo partido em que estou. ³³⁰

Essa divisão de opiniões em relação a reinserção de integrantes das esquerdas considerados comunistas na seara política não afetava os arenistas. Estes eram unânimes na crítica aos seus métodos de ação. Paulo Maluf, governador de São Paulo afirmava que o Partido Comunista, por receber “subvenções de países estrangeiros”, não mereceria ser considerado brasileiro. ³³¹

A aproximação entre a ex-deputada petebista Ivete Vargas e Leonel Brizola também parecia impossível. Em outubro de 1979, em entrevista ao jornal *O Globo*, Ivete Vargas afirmou que a participação do gaúcho na guerrilha e o fato deste ter recebido dinheiro de Cuba tornava difícil qualquer possibilidade de conciliação.³³²

Entre os partidários do MDB, a entrada de Brizola não era bem vista, como salientamos anteriormente. Sua liderança marcante era concebida por muitos como um grande risco. Uma das preocupações era a conformação de uma possível cisão partidária. Podemos supor também que as lideranças emedebistas tenderiam a temer que a liderança de Brizola e o forte simbolismo de seu retorno ao Brasil e às suas atividades político-partidárias tivessem o poder de obscurecer outros líderes. Em entrevista coletiva, ocorrida na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Brizola desabafou:

Em minha visão (...) as oposições brasileiras constituem uma grande frente, onde estão a imprensa, a Igreja, a Ordem dos Advogados e muitíssimas outras entidades, como os comitês pela anistia, e onde está presente o que considero a frente parlamentar das oposições, que é o MDB. Nós, trabalhistas, participamos dessa frente parlamentar. Se alguém é pai do MDB, este alguém é o PTB, que entrou com o maior número de parlamentares para formar o MDB. (...) O autoritarismo foi eliminando a representação petebista não apenas dos quadros parlamentares, como também dos quadros

329 Jornal *O Globo*, “Aceitação de comunistas divide a cúpula do MDB”, 02 de outubro de 1979, p. 4.

330 *Idem*

331 *Idem*

332 Jornal *O Globo*, “Ivete diz que guerrilha distanciou-a de Brizola”, 02 de outubro de 1979, p. 4.

dirigentes. Se não tivesse havido essas proscricções, os trabalhistas seriam maioria no MDB. Mas com o tempo os trabalhistas foram levados para o porão desse navio, que é a oposição consentida. Nós, agora, queremos sair do porão.³³³

Considerações finais

Nesse trabalho, procuramos partir da premissa de que os personagens classificados pelo regime ditatorial como “indesejáveis”, no contexto da abertura política e do processo de redemocratização, encarnariam ideias e perspectivas políticas diversas, mas que simbolizavam as tradições políticas que o golpe perpetrado em 1964 pretendeu alijar. Embora nem todos os oito personagens tenham sido cassados e exilados no imediato pós-golpe, as preocupações governamentais em relação a eles ao longo do período ditatorial demonstram que, em diferentes medidas, as atividades políticas exercidas no pré-1964 e no exílio eram motivo suficiente para o monitoramento e para a criação/ação de órgãos do aparato de informações no exterior.

As preocupações do governo em relação aos “indesejáveis” sofreu mutações ao longo do tempo. No imediato pós-golpe, temia-se que os grupos exilados em países fronteiriços como a Argentina e, principalmente, o Uruguai tivessem a capacidade de se reorganizar no exílio para retornar ao país na tentativa de retomar o poder e/ou levar a cabo planos de caráter revolucionário. Conforme o retorno ao país vai se tornando improvável, a organização desses exilados visando a denúncia das violações aos direitos humanos no exterior e as campanhas por anistia, a imagem negativa do país que estaria sendo divulgada é que se torna o novo alvo da vigilância do regime. Quando surgiu, no debate político, a possibilidade de uma abertura política, conduzida pelo alto, as preocupações giraram em torno do eventual retorno dos exilados e banidos e de como ficaria a situação daqueles que tinham sido processados. Quando essas questões se definiram, e os exilados foram aos poucos retornando ao país, a problemática passa a ser o modo pelo qual ocorreria a reinserção político/partidária de próceres da esquerda do pré-1964, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Gregório Bezerra. Desse modo, percebemos que, durante o processo de abertura política, importava para o governo que fossem tomados todos os cuidados para que um dos intentos principais do movimento golpista de 1964 – a exclusão política das lideranças das esquerdas – não se perdesse com o retorno do poder aos civis que ocorreria pouco tempo depois. Tratava-se, portanto, de medidas que garantissem a perda da capacidade de influência dos “indesejáveis” no cenário público.

333 Jornal *O Globo*, “Ex-governador diz que MDB quer manter PTB no porão”, 02 de outubro de 1979, p. 4.